

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS  
ACADEMIA REAL MILITAR (1810)  
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

**Elkan Axel**

**PATRULHA DE RECONHECIMENTO EM OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E  
DA ORDEM**

**Resende  
2019**

**Elkan Axel**

**PATRULHA DE RECONHECIMENTO EM OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E  
DA ORDEM**

Monografia apresentada ao  
Curso de Graduação em  
Ciências Militares, da Academia  
Militar das Agulhas Negras  
(AMAN, RJ), como requisito  
parcial para obtenção do título  
de **Bacharel em Ciências  
Militares.**

Orientador: Cap Geraldo Gomes de Mattos Neto

**Resende**

**2019**

**Elkan Axel**

**PATRULHA DE RECONHECIMENTO EM OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E  
DA ORDEM**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Banca examinadora:

---

**Cap Geraldo Gomes de Mattos Neto**  
(Presidente/Orientador)

---

---

Resende  
2019

Dedico este trabalho.....

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, quero agradecer a Deus por ter permitido eu chegar até aqui; por me ajudar a superar os diversos desafios que passei, tanto na vida civil, quanto na minha carreira militar. Especialmente, aqui na AMAN, agradeço a Deus por ter me dado à oportunidade de passar pelas fortes emoções e ter vencido os testes físicos; e agora, poder alcançar o meu sonho de me tornar oficial do Exército da Namíbia. Também quero estender meu agradecimento à minha família por todo apoio prestado. Finalmente, agradeço a meu orientador por dedicar um tempo da sua agenda lotada, e mesmo assim, ter dado todo suporte e orientações necessárias para que eu concluísse meu trabalho.

## RESUMO

### **PATRULHA DE RECONHECIMENTO EM OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM**

AUTOR: Elkan Axel

ORIENTADOR: Cap Geraldo Gomes de Mattos Neto

Trata este estudo a respeito da patrulha de reconhecimento em Operações de Garantia da Lei e da Ordem. Tais operações têm tido o emprego do Exército Brasileiro, a exemplo das operações no Complexo da Maré e do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro, onde observou-se o emprego das patrulhas de reconhecimento. Essas patrulhas têm por objetivo levar informações ao Comando a respeito do terreno onde será realizada a operação, bem como a respeito dos inimigos. Para embasar teoricamente o estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica em bancos de dados eletrônico, bem como no Manual de Operações do Exército Brasileiro. Foi realizado um estudo de campo com 20 cadetes do 4º ano da AMAN, os quais responderam a um questionário virtual. Ao final concluiu-se pela importância da patrulha de reconhecimento em Operações de GLO.

**Palavras-chave:** Operações GLO. Patrulha de reconhecimento. Importância. Exército Brasileiro.

**ABSTRACT****PATROL OF RECOGNITION IN LAW AND ORDER GUARANTEE OPERATIONS**

AUTHOR: Elkan Axel

ORIENTER: Cap Geraldo Gomes de Mattos Neto

It deals with this study regarding the reconnaissance patrol in Law and Order Assurance Operations. These operations have had the use of the Brazilian Army, like the operations in the Maré and Alemão Complex, in the city of Rio de Janeiro, where the use of reconnaissance patrols was observed. These patrols aim to bring information to the Command regarding the terrain where the operation will be carried out, as well as about the enemies. In order to base the study theoretically, a bibliographic research was carried out in electronic databases, as well as in the Manual of Operations of the Brazilian Army. A field study was carried out with 20 cadets of the 4th year of AMAN, who answered a virtual questionnaire. In the end it was concluded by the importance of the patrol of recognition in Operations of GLO.

**Keywords:** GLO operations. Recognition patrol. Importance. Brazilian army.

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>9</b>  |
| 1.1 OBJETIVOS.....  | 9         |
| <b>1.1.1 Objetivo geral.....</b>  | <b>9</b>  |
| <b>1.1.2 Objetivos específicos.....</b>   | <b>10</b> |
| <b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>  | <b>11</b> |
| 2.1 PATRULHA DE RECONHECIMENTO .....  | 11        |
| 2.2 OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM – GLO.....                          | 12        |
| 2.3 O RECONHECIMENTO EM OPERAÇÕES DE GLO .....                                  | 16        |
| <b>3 REFERENCIAL METODOLÓGICO.....</b>  | <b>21</b> |
| 3.1 TIPOS DE PESQUISA.....  | 21        |
| 3.2 MÉTODOS.....  | 21        |
| 3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA .....   | 22        |
| <b>4 ESTUDO DE CAMPO .....</b>  | <b>23</b> |
| 4.1 RESULTADOS .....  | 23        |
| 4.2 DISCUSSÃO.....  | 25        |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>27</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>28</b> |
| <b>ANEXOS.....</b>  | <b>29</b> |
| <b>ANEXO 1 – ENTREVISTA COM OS CADETES .....</b>                                | <b>30</b> |
| <b>ANEXO 2 – PATRULHA DE RECONHECIMENTO NO COMPLEXO DA MARÉ</b><br><b>.....</b> | <b>31</b> |



## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente as operações de GLO são muito comuns, porém, o teatro de operações em que as mesmas ocorrem é em centros urbanos, onde a população civil mistura-se às Forças Adversas, o que dificulta ainda mais esse tipo de operação.

Além disso, a maioria dos locais é de difícil acesso, como no caso das favelas do Rio de Janeiro, onde há muitos becos, vielas, escadarias e as casas ficam praticamente enfileiradas umas ao lado das outras.

Manual C21-75 conceitua patrulha como sendo “uma força de pequeno efetivo, destacada para cumprir missões de reconhecimento, de combate ou da combinação de ambas”, Brasil (1986, p. 1-1)

Assim sendo, necessário se faz que a Patrulha de Reconhecimento faça o devido reconhecimento do local onde será realizada a missão, a fim de que possa confirmar ou buscar informações a respeito do inimigo.

Uma patrulha realiza uma incursão com a finalidade de “capturar pessoal e/ou material inimigo, eliminar pessoal inimigo específico, destruir material e/ou instalações inimigas resgatar prisioneiros ou reféns, ou ainda, confundir ou inquietar o inimigo” (BRASIL, 1986, p. 1-4).

Observa-se que é de grande importância a missão da Patrulha de Reconhecimento, sendo que, pelas mãos desta equipe, pode-se definir o sucesso da missão.

Justifica-se este tema devido ao fato do EB estar atuando de forma significativa e com grande frequência em operações de GLO, assim sendo, é preciso que os militares envolvidos nas missões tenham conhecimento acerca da Patrulha de Reconhecimento, para que se leve a missão ao seu objetivo final, que é o sucesso da mesma.

Desta forma, cabe problematizar a questão: Qual a importância da Patrulha de Reconhecimento para as operações de GLO?

### 1.1 OBJETIVOS

#### 1.1.1 Objetivo geral

Analisar a importância da Patrulha de Reconhecimento em uma operação de GLO.

### **1.1.2 Objetivos específicos**

Conceituar Patrulha de Reconhecimento;

Conceituar operações de GLO;

Verificar como é feito o reconhecimento em operações de GLO;

Analisar a importância da Patrulha de Reconhecimento em uma operação de GLO.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 PATRULHA DE RECONHECIMENTO

Segundo Brasil (1986) a Patrulha de Reconhecimento se classifica quanto à finalidade da missão, que pode ser de reconhecimento de um ponto, reconhecimento de área, reconhecimento de itinerários e observação.

Com relação à extensão, o patrulhamento pode ser de longo alcance, atuando na área de interesse do escalão que a lança ou de curto alcance, atuando dentro da área de influência do escalão que a lança (BRASIL, 1986).

De acordo com a missão assim varia a organização geral da patrulha, constituindo-se normalmente de dois escalões, um que cuidará da segurança da patrulha e outro que irá assegurar o cumprimento da missão. O comandante da patrulha é quem coordena os escalões, podendo o mesmo delegar algumas funções para auxiliares (BRASIL, 1986).

A missão da patrulha se dá em 4 etapas: seu recebimento, planejamento, execução e confecção de relatório. Quando do recebimento da missão todas as dúvidas devem ser esclarecidas pelo comandante da patrulha, logo após começa o planejamento e preparação, que são realizados até o momento da partida (BRASIL, 1986).

De acordo com Brasil (1986), as atividades de planejamento e preparação são chamadas de Normas de Comando, tendo por finalidade que o comandante priorize seu tempo, obedecendo uma sequência: estudo da missão, planejamento da utilização de tempo, estudo da situação, transmissão da Ordem Preparatória, realização dos reconhecimentos quando possível e viável, complemento detalhado do planejamento, transmissão de ordens à Patrulha, inspeção inicial, ensaio das ações previstas e testes de material que será utilizado, inspeção final.

Ao receber a missão, o comandante deve fazer três perguntas: o que fazer? Quando? Onde? As respostas a essas perguntas farão com que o comandante tenha uma ideia da operação, sendo que através do planejamento irá visualizar como irá cumprir a missão.

O planejamento da utilização do tempo permitirá ao comandante otimizar a distribuição do mesmo, devendo ser feita uma tabela com a estimativa de horários e prazos, devendo-se prever o tempo necessário para: “deslocamento para a área do objetivo, tomada do objetivo, ações no objetivo, regresso, confecção e entrega de relatório e margem de segurança” (BRASIL, 1986, p. 2-3).

O estudo da situação deve ser feito pelo comandante com a finalidade de se perceber os fatores que podem influenciar nas ações, para que o mesmo possa tomar uma decisão rápida e acertada. Assim, poderá fazer anotações que levarão à confecção da Ordem Preparatória (BRASIL, 1986).

Segundo o Manual CI 21-75/1, a patrulha de reconhecimento é uma das principais operações na qual a escala na missão da patrulha passa a célula de inteligência definido para o Batalhão, dados relativos ao terreno, a APOP, meios e vários outros informes (BRASIL 2005).

## 2.2 OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM – GLO

As Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO) são um dos tipos de emprego de maiores relevâncias do Exército Brasileiro atualmente, visto sua efetiva atuação no cenário nacional e internacional. Como exemplo, vale citar as operações nas comunidades do Rio de Janeiro (Operação Arcanjo e São Francisco), as operações nos diversos estados do País em virtude das eleições de 2016, as operações durante as Olimpíadas Rio 2016, a operação de manutenção da paz no Haiti, entre outras.

A garantia da lei e da ordem é uma das missões constitucionais das Forças Armadas como prevê a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) em seu Art. 142. Essa atividade está enquadrada dentro de um tipo de operação denominada Operação de Apoio a Órgãos Governamentais previstos pelo Manual EB 20 – MF – 10.103 Operações (2015):

(...) compreendem o apoio prestado por elementos da F Ter, por meio da interação com outras agências, definido em diploma legal, com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos e que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, dispersão de recursos e a divergência de soluções (BRASIL, 2015, p.4-21).

Essas operações de apoio podem ser efetivadas no País e/ou no exterior e contribuem para a garantia da Soberania Nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem – depois de esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio –, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando para o desenvolvimento nacional e o bem estar social (BRASIL, 2015, P. 4-21).

De acordo com Brasil (2015, p. 14) as Op GLO são definidas como:

(...) Operação militar determinada pelo Presidente da República e conduzida pelas Forças Armadas de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição ou em outras em que se presuma ser possível a

perturbação da ordem - Artigos 3º, 4º e 5º do Decreto Nº 3.897, de 24 de agosto de 2001.

Segundo BRASIL (2015), os Agentes de Perturbação da Ordem Pública (APOP) são indivíduos ou grupo de indivíduos os quais comprometem a preservação da Ordem Pública ou ameace a salubridade das pessoas e do patrimônio através de Ameaças (denominação conceitual do ato).

“Ordem Pública é uma situação de tranquilidade e normalidade que o Estado assegura, ou deve assegurar, às instituições públicas e aos membros da sociedade, consoante às normas jurídicas legalmente estabelecidas” (BRASIL, 2015, p. 2-1).

O emprego da Força Terrestre (F Ter) nas ações de GLO tem sua base legal amparada no Art. 142 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) a qual prevê:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à **garantia** dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, **da lei e da ordem** (BRASIL, 1997, p. 75, grifos nosso).

É, portanto, obrigação constitucional das Forças Armadas o uso legítimo da violência para garantir a lei e a ordem. Porém, além da CRFB, mais algumas legislações detalham de que forma a Força pode cumprir suas atribuições.

- 1) Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004 (dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas);
- (2) Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007 (dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da Segurança Pública e revoga a Lei nº 10.277, de 1º de setembro de 2001);
- (3) Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 (dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios);
- (4) Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar;
- (5) Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 – Código de Processo Penal Militar;
- (6) Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005 (Política de Defesa Nacional);
- (7) Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001 (fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem);
- (8) Decreto nº 4.411, de 07 de outubro de 2002 (dispõe sobre a Atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação e dá outras providências);
- (9) Decreto nº 4.412, de 07 de outubro de 2002 (dispõe sobre a Atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas e dá outras providências);
- (10) Portaria nº 578/SPEAI/MD, de 27 de dezembro de 2007 (aprova a Estratégia Militar de Defesa); e
- (11) Doutrina Militar de Defesa (BRASIL, 2015 p. 1-2).

A Lei Complementar nº 97, de 9 de Junho de 1999, dispõe sobre as normas gerais para organização, preparo e emprego das Forças Armadas. Em seu Art. 15, §3º, deixa claro que o emprego efetivo desta só é realizado quando considerados esgotados, indisponíveis, inexistentes ou insuficientes os instrumentos de segurança pública. Este reconhecimento formal é feito pelo Chefe do Poder Executivo Federal (Presidente) ou Estadual (Governador do Estado).

Portanto, as Forças Armadas são empregadas nas ações de garantia da lei e da ordem a fim de neutralizarem as ameaças que não são sanadas pela ação cotidiana da segurança pública local, isto é, quando os instrumentos de manutenção da ordem que o Estado possui são esgotados. Dessa forma, há um requerimento formal por parte da autoridade local (Presidente ou Governador de Estado) a fim de que sejam tomadas providências pelas Forças Armadas (BRASIL, 2015).

Como visto anteriormente, compete exclusivamente ao Presidente da República a decisão do emprego da força terrestre em ações de GLO. Obviamente, sempre amparado pelos preceitos constitucionais e depois de esgotados todos os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. De acordo com Brasil (2015, p. 1-4):

Consideram-se esgotados os meios previstos no Art. 144 da Constituição, inclusive no que concerne às Polícias Militares, quando, em determinado momento, indisponíveis, inexistentes ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional.

“O emprego da força terrestre na GLO é considerado de caráter eventual, episódico, de duração limitada e em área previamente definida” (BRASIL, 2015, p. 1-4). Portanto, as Operações de Garantia da Lei e da Ordem são empregadas de forma bastante limitada no que diz respeito às circunstâncias de tempo, local e emprego. Estes aspectos são relacionados ao caráter “não-guerra” da operação, uma vez que o uso do poder militar no âmbito interno não é relacionado ao combate propriamente dito, podendo haver apenas o uso da força de forma limitada.

De acordo com Brasil (2015, p. 25), as Op GLO são caracterizadas basicamente pelos seguintes fatores: atuação de forma integrada; emprego da inteligência e contrainteligência; limitação do uso da força e das restrições à população; emprego e dissuasão; comunicação social; e presença da negociação.

A primeira característica acima descrita está relacionada ao emprego parcial ou total de outros órgãos ou instituições paralelas às Forças Armadas no mesmo ambiente operacional. Isso se explica da seguinte forma:

A diversidade de missões a serem executadas e a variedade de situações que poderão ocorrer exigirão, em cada caso, um cuidadoso estudo das condicionantes para o emprego das FA e para a adoção das medidas e ações adequadas às situações apresentadas.

Os planejamentos, para a execução de Op GLO, deverão ser elaborados no contexto da Segurança Integrada, podendo ser prevista a participação de órgãos:

- (a) do Poder Judiciário;
- (b) do Ministério Público; e
- (c) de Segurança Pública

Outros órgãos e agências, dos níveis Federal, Estadual e Municipal, poderão se fazer presentes em alguns casos. Desta forma, é fundamental o conhecimento dos princípios das Operações Interagências constantes de publicação específica. (BRASIL, 2015, p. 17).

Dessa forma, faz-se necessária a atuação de outros órgãos na medida em que as características da missão fogem da seara da força terrestre. Portanto, necessariamente, o planejamento e a execução de uma operação conjunta são realizados pela integração dos participantes previstos.

O emprego da Inteligência e Contraineligência são indispensáveis neste tipo de operação. A primeira tem sua importância voltada para a coleta de dados e a prévia elucidação acerca das características da região envolvida, da população e das possibilidades dos agentes perturbadores da ordem pública. A segunda tem a finalidade de salvaguardar as informações, pessoal e instalações da Força.

A limitação do uso da força e das restrições à população é entendida pela baixa intensidade do uso da violência. Entretanto, com o evoluir da ameaça, paralelamente o uso da força se torna progressivo também. Segundo Brasil (2015, p. 26), “O uso da força nas Op GLO, em princípio, será progressivo. Deverá ser priorizada a utilização de munição menos letal e/ou equipamentos especiais de reduzido poder ofensivo”.

O emprego da dissuasão evita o embate direto com os agentes perturbadores da ordem pública. De acordo com Brasil (2015), pode ser utilizada, principalmente, com uma demonstração de força e uma ampla utilização de policiamento ostensivo, tudo com finalidade de desencorajar os atos da outra parte.

A comunicação social tem uma finalidade única de tornar transparente todo o ocorrido durante as operações. Por meio desta, toda a sociedade tem oportunidade de estar a par e atualizada de todos os acontecimentos, objetivos da operação militar propriamente dita e os

reflexos ligados à população civil residente na área de atuação. Esta ferramenta tem a funcionalidade de amparar a tropa e preservar a imagem da Força Terrestre.

Por fim, a negociação é uma característica muito peculiar para esse tipo de operação. Ela é entendida como “Ação de convencimento empreendida pelas Forças com o objetivo de persuadir a outra parte envolvida apresentando os benefícios mais relevantes em relação ao ponto de vista defendido” (BRASIL, 2015, p. 28-64). O uso da negociação cresce de importância quando levamos em consideração o aspecto “não guerra” do tipo de missão, pois evita reflexos negativos para a sociedade como um todo.

De acordo com Brasil (2015), diante de uma Op GLO, existem alguns tipos de ações a se realizar, que podem ser de caráter preventivo ou repressivo. As ações preventivas englobarão as atividades de inteligência, comunicação social e dissuasão, e as repressivas serão o embate direto com os agentes perturbadores da ordem pública a fim do restabelecimento da ordem. São elas:

- a) assegurar o funcionamento dos serviços essenciais sob a responsabilidade do órgão paralisado;
- b) controlar vias de circulação;
- c) desocupar ou proteger as instalações de infraestrutura crítica, garantindo o seu funcionamento;
- d) garantir a segurança de autoridades e de comboios;
- e) garantir o direito de ir e vir da população;
- f) impedir a ocupação de instalações de serviços essenciais;
- g) impedir o bloqueio de vias vitais para a circulação de pessoas e cargas;
- h) permitir a realização de pleitos eleitorais;
- i) prestar apoio logístico aos OSP ou outras agências;
- j) proteger locais de votação;
- k) realizar a busca e apreensão de armas, explosivos etc; e
- l) realizar policiamento ostensivo, estabelecendo patrulhamento a pé e motorizado (BRASIL, 2015, p. 29).

Diante das ações apresentadas, é notória a necessidade da patrulha de reconhecimento, como ferramenta fundamental para facilitar os planejamentos e controle situacional para a realização de uma missão bem-sucedida, como visto acima.

### 2.3 O RECONHECIMENTO EM OPERAÇÕES DE GLO

As operações de GLO se dão normalmente em área urbana, as quais possuem muitas edificações, bem como a presença da população civil misturada às Forças Adversas e também em apoio a órgãos governamentais para manter lei e ordens. Assim sendo, o reconhecimento neste tipo de operação é fundamental para o sucesso da mesma.

De acordo com Brasil (2004, p. 1-4):



Patrulha é uma força com valor e composição variáveis, destacada para cumprir missões de reconhecimento, de combate ou da combinação de ambas. A missão de reconhecimento é caracterizada pela ação ou operação militar com o propósito de confirmar ou buscar dados sobre o inimigo, o terreno ou outros aspectos de interesse em determinado ponto, itinerário ou área. Nesse caso, a patrulha deve evitar engajamento com o inimigo. A missão de combate é caracterizada pela ação ou operação militar restrita, destinada a proporcionar segurança às instalações e às tropas amigas ou a hostilizar, destruir e capturar pessoal, equipamentos e instalações inimigas.

As missões da patrulha de reconhecimento se classificam em: reconhecimento de um ponto, de área, de itinerários, vigilância, reconhecimento em força. O reconhecimento de um ponto reconhece um objetivo específico com finalidade de manter a segurança da população. O reconhecimento de uma área busca dados no interior de determinada área ou executa a própria delimitação de uma área com características específicas. O reconhecimento de itinerário busca dados sobre um ou vários itinerários ou sobre a atividade do inimigo. Especificamente em operações GLO os militares estão capacitando para que consigam atuar no meio da população sem causar danos. A vigilância exerce a observação contínua de um local ou de uma atividade. O reconhecimento em força em operação de GLO é uma patrulha de valor considerável empregada e conduzida pelas forças armadas de forma episódica em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. A potência de fogo caso ameaçado, a mobilidade e as comunicações são fatores importantes na execução deste tipo de missão (BRASIL, 1986).

Com relação à organização da patrulha de reconhecimento de ponto, a mesma se dá da seguinte forma:

Grupo de comando - Normalmente é constituído por elementos necessários à coordenação da patrulha, tais como: comandante, subcomandante, rádio-operador, mensageiros, guias e outros. Quando for possível, essas funções devem ser acumuladas com outras nos demais escalões.

Grupo de segurança - A quantidade de grupos dependerá do número de vias de acesso ao objetivo (Gp Seg = Nr Via A).

Grupo de reconhecimento - O número de grupos varia em função dos fatores da decisão.

Grupo de acolhimento - É o grupo que tem por missão realizar a proteção do ponto de reunião próximo ao objetivo (PRPO) e o acolhimento da patrulha neste local (BRASIL, 1986).

A patrulha de reconhecimento de itinerário possui organização semelhante à patrulha de reconhecimento de área. Grupo de reconhecimento e segurança – O número de grupos de reconhecimento e segurança depende da missão e da maneira como o comandante da patrulha pretende cumprir a missão (percorrendo o itinerário, ocupando pontos de comando ou associando essas duas ideias) (BRASIL, 1986).

A patrulha de reconhecimento de área é um grupo de reconhecimento e segurança. O número de grupos de reconhecimento e segurança é variável e depende dos fatores da decisão. O grupo de acolhimento pode existir ou não, dependendo dos fatores da decisão (BRASIL, 1986).

Durante os deslocamentos nas operações GLO, todo patrulheiro deve se preocupar com a execução de quatro atividades simultâneas: a progressão, a ligação, a observação e a segurança pública. Na progressão: utilizar, sempre que possível, as cobertas e abrigos existentes; manter a disciplina de luzes e ruídos; na ligação procurar manter o contato visual com seu comandante imediato; ficar atento à transmissão de qualquer gesto ou sinal, para retransmiti-lo e/ou executá-lo, conforme o caso (BRASIL, 1986).

Na observação: manter em constante observação o seu setor. O comandante da patrulha deve adotar medidas visando estabelecer a observação em todas as direções, inclusive para cima. As ligações e as observações são também mantidas nos "altos", permitindo a rápida transmissão das ordens e a manutenção da segurança. O armamento deve ser conduzido em condições de pronto emprego, carregado, travado e empunhado adequadamente. Qualquer ruído deve ser aproveitado para a progressão, tais como, barulho provocado pela chuva, por viaturas, por aeronaves, por fogos de artilharia etc. A patrulha deve se preocupar em não deixar vestígios que denunciem sua passagem. Em determinadas situações, é necessário, até mesmo, apagar os rastros deixados (BRASIL, 1986).

De acordo com Brasil (1986), as informações sobre o inimigo e o terreno por ele controlado são de vital importância para o comando. A patrulha em operações de GLO é um dos meios de que dispõe o comando para a busca ou coleta de dados, os quais facilitam uma tomada de decisão pra manter a paz.

A missão de uma patrulha de reconhecimento em operações de GLO consiste na obtenção das respostas a perguntas relativas ao inimigo, situação e/ou ao terreno. Sobre o inimigo: O inimigo ocupa, realmente, o terreno? Qual é o seu valor (efetivo)? Qual é o seu equipamento e armamento? Qual é a sua atividade atual? Outras informações necessárias ao comando. Sobre o terreno: Quais são as características do(s) curso(s) d'água? (profundidade, correnteza, largura e características das margens). Qual é a característica da vegetação e sua

influência nos movimentos de tropa a pé Quais são os melhores itinerários ou vias de acesso para a aproximação? Quais são as possibilidades de emprego de elementos blindados e mecanizados? Outras informações necessárias ao comando (BRASIL, 1986).

Segundo Brasil (1986), a principal função da patrulha de reconhecimento na operação de GLO em áreas urbanas é buscar informes pra manter ou proteger o patrimônio público, sendo os deslocamentos feitos à pé ou em viaturas, conduzindo metralhadoras leves, pistolas ou revólveres e granadas químicas, com o intuito de prevenir qualquer possível emboscada.

Busca-se primeiramente colher informes da atividade das Forças Adversas, dando-se prioridade às áreas de concentrações de público. Normalmente neste tipo de operação, a patrulha de reconhecimento é protegida por um quadro tático maior, com forças de segurança que permanecem nas proximidades da área de atuação (BRASIL, 1986).

A patrulha de reconhecimento é uma das principais operações na qual o pelotão passa a célula de inteligência do Batalhão dados relativos ao terreno, a APOP, meios e vários outros informes. Na Operação São Francisco era feito essa passagem dos dados diariamente pelas frações, no retorno a base de operações. Essa transmissão era chamada de *debriefing*.

Segundo Brasil (1986), a preparação da patrulha deve ser, além de técnico-profissional, material e psicológica, pois as ações são, normalmente, junto à população. Deve-se estar preparado para enfrentar um oponente (força adversa ou o inimigo) oculto e/ou homiziado. O emprego de helicópteros deve ser criterioso, considerando-se a mobilidade, o poder de fogo, o desgaste da tropa e as possibilidades do inimigo.

A complexidade dos ambientes urbanos exige o emprego de pessoal adestrado para atuar neste tipo de missão. A sofisticação dos armamentos e equipamentos podem configurar um diferencial no combate urbano, agregando poder de combate à tropa (BRASIL, 1986).

As ações da patrulha deverão ser perfeitamente coordenadas por meio de linhas de controle, pontos de controles, tempo e espaço percorrido. O equipamento de comunicações deve atender às necessidades da missão e às possibilidades do inimigo quanto à guerra eletrônica (BRASIL, 1986).

O principal objetivo da missão de reconhecimento em área urbana é a busca de dados sobre o terreno e o inimigo, que integrada às condições meteorológicas, constitui os Elementos Essenciais de Inteligência (EEI) e Outras Necessidades de Inteligência (ONI). Os EEI serão solicitados pelo escalão superior e as ONI são levantadas pela patrulha durante a etapa de planejamento e preparação para a missão (BRASIL, 1986).

A obtenção de dados deverá ser alvo de minucioso planejamento e criteriosa execução. A patrulha conduz, preferencialmente, fuzis de assalto, metralhadoras leves, submetralhadoras e/ou

pistolas visando à segurança contra possíveis ações do inimigo ou de força adversa. Emprega, ainda, armamentos e equipamentos não-letais. A utilização de armas pesadas e de maior calibre dificulta o cumprimento da missão e aumenta a possibilidade de a população civil ser atingida, caso haja troca de tiros (BRASIL, 1986).

A patrulha deve ser constituída com efetivo variado, prevalecendo, normalmente, a atuação em pequenos efetivos (GC). Os deslocamentos a pé ou em viaturas seguirão itinerários pré-determinados, buscando primordialmente colher dados acerca da atividade inimiga. Atenção especial deve ser dada para locais de concentração de tropa e alvos compensadores. A patrulha ocupa um posto de observação a fim de monitorar alvos específicos ou atividades do inimigo dentro de uma determinada área, ponto ou itinerário (BRASIL, 1986).

Os objetivos das patrulhas de reconhecimento em Operações GLO são: obter dados sobre a força adversa, realizar ações para inquietá-la ou neutralizá-la e impedir pela presença física que ela tenha liberdade de movimentos na área de operações. Contatar com povoados isolados, proporcionar-lhes sensação de segurança e conhecer o terreno onde se desencadeiam as operações. Neutralizar as lideranças da força adversa, poupando combates e consequentemente vidas humanas (BRASIL, 1986).

A força empenhada em operações contra F Adv, acima do nível Unidade inclusive, normalmente, recebe uma Z Op, delimitada por um limite contínuo. No interior das áreas de responsabilidade de cada comando, são tomadas providências para proteger a tropa, as instalações e as vias de transportes, bem como são instaladas bases de combate até o escalão subunidade, das quais se irradiam as operações para destruição do poder de combate das F Adv. A base de combate é o ponto de onde partem todas as operações contra as F Adv. Dependendo da extensão e do tipo da patrulha, esta poderá ocupar uma base de patrulha da qual a fração partirá para cumprir missões de reconhecimento e/ou combate (BRASIL, 1986).

As zonas de operações Z Op podem estar enquadradas em um ambiente rural ou urbano. Existem dois tipos básicos de ocupação da Z Op: ocupação como um todo e a ocupação progressiva. Ocupação como um todo: nessa situação a subunidade recebe uma área de responsabilidade, esta por sua vez designa ao pelotão uma missão específica visando cumprir a ordem emanada do Esc Sp, em uma área na qual a F Adv atua com maior intensidade, podendo manter, sob seu controle direto, regiões denominadas espaços vazios, onde a F Adv não atua ou se mostra menos atuante. Ocupação progressiva: as peças de manobra ocupam, em princípio, as regiões julgadas mais importantes e, a partir daí, à medida que essas regiões forem controladas, são ocupadas paulatinamente as demais regiões da Z Op (BRASIL, 1986).

Normalmente, a patrulha atinge a área do objetivo realizando um deslocamento para as Z Op, onde o processo a ser adotado dependerá dos fatores da decisão. A chegada da tropa na Z Op poderá ser realizada por via aérea, terrestre ou aquática. De acordo com o processo a ser adotado pode-se adotar a combinação entre eles (BRASIL, 1986).

### **3 REFERENCIAL METODOLÓGICO**

Os procedimentos metodológicos utilizados foram os seguintes: leituras preliminares para aprofundamento do tema; definição e elaboração dos instrumentos de coleta de dados e definição das etapas de análise do material. Ao serem estabelecidas as bases práticas para a pesquisa, procurou-se garantir a execução da pesquisa seguindo o cronograma proposto além de propiciar a verificação das etapas de estudo.

#### **3.1 TIPOS DE PESQUISA**

Primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica a fim de compor a parte teórica do estudo.

Foi também realizada uma pesquisa de campo com coleta de dados a respeito do tema, coletados através de um questionário com os cadetes do 4º ano da AMAN. Essa pesquisa foi desenvolvida no corpo de cadetes e teve como variáveis o conhecimento e o grau de importância das patrulhas de reconhecimento para os entrevistados.

#### **3.2 MÉTODOS**

A pesquisa bibliográfica se deu em bancos de dados eletrônico e principalmente no Manual de Patrulhas do Exército Brasileiro, onde foram feitas leituras sobre o tema e produzido o referencial teórico.

Logo após foi realizado um estudo de campo com 20 cadetes do 4º ano da AMAN, os quais responderam a um questionário virtual, com o intuito de verificar o conhecimento que os mesmos possuem a respeito das patrulhas de reconhecimento e a importância da mesma para os entrevistados.

Após a obtenção dos dados foi realizada uma tabulação dos mesmos a serem posteriormente apresentados em forma gráfica para a continuação do trabalho.

### 3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

20 cadetes do 4º ano da AMAN que responderam a um questionário virtual que encontra-se ao final do TCC.

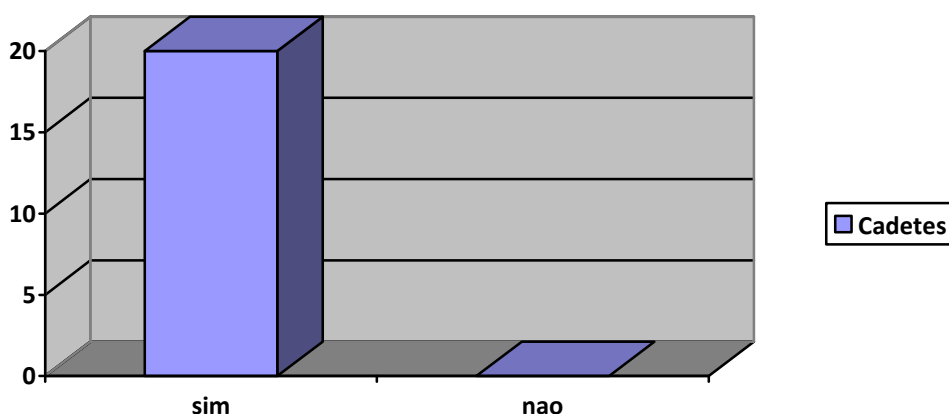
## 4 ESTUDO DE CAMPO

Foi realizado um estudo de campo com 20 cadetes do 4º ano da AMAN, o qual se deu através de um questionário virtual, que encontra-se em anexo a este estudo, tendo como finalidade verificar o conhecimento que os mesmos possuem a respeito da patrulha de reconhecimento e a importância da mesma para os entrevistados.

### 4.1 RESULTADOS

No que diz respeito aos entrevistados conhecerem o que é uma patrulha de reconhecimento, 100% dos entrevistados disseram que conhecem, conforme gráfico abaixo:

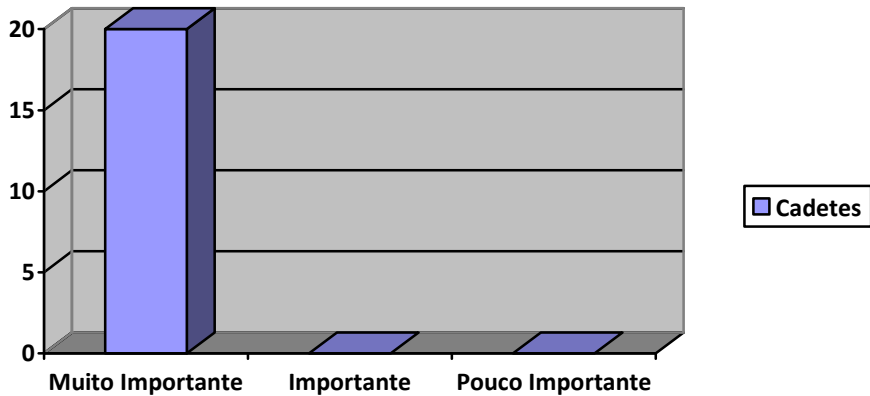
Gráfico 1 – Conhecimento sobre o que é a patrulha de reconhecimento



Fonte: DO AUTOR (2019)

Com relação à importância que o entrevistado dá à patrulha de reconhecimento, tendo sido dadas as opções: Muito importante – Importante – Pouco importante, 100% dos entrevistados responderam ser muito importante.

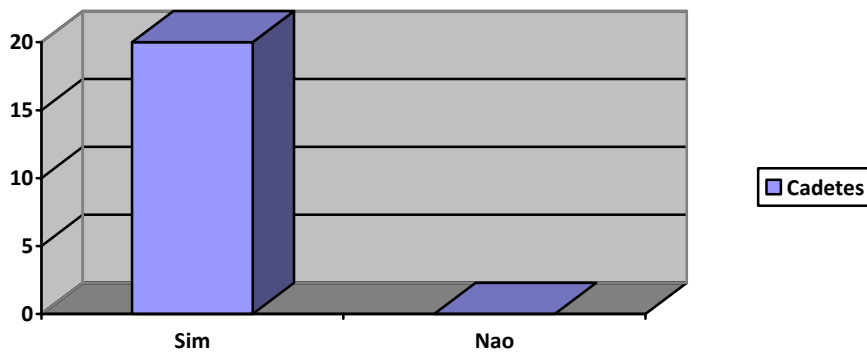
Gráfico 2 – Importância da patrulha de reconhecimento



Fonte: DO AUTOR (2019)

No que diz respeito ao entrevistado ter conhecimento do emprego de patrulha de reconhecimento em Operações de GLO, 100% dos entrevistados disseram que têm conhecimento.

Gráfico 3 – Conhecimento do emprego de patrulha de reconhecimento em GLO

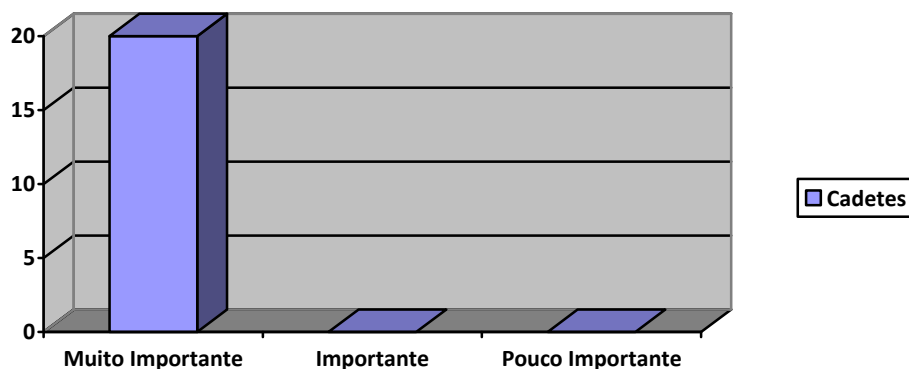


Fonte: DO AUTOR (2019)

Com relação ao grau de importância do emprego de patrulhas de reconhecimento em Operações de GLO, tendo sido dadas as opções: Muito importante – Importante- Pouco importante, 100% dos entrevistados disseram ser muito importante.



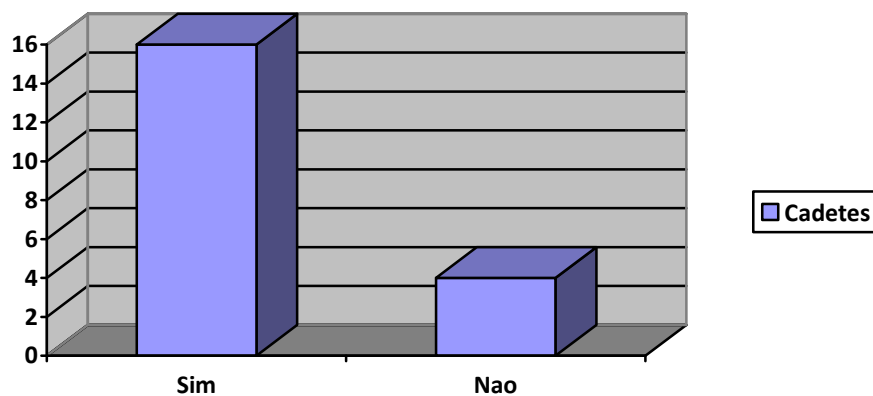
Gráfico 4 – Importância do emprego da patrulha de reconhecimento em GLO



Fonte: DO AUTOR (2019)

A respeito de já ter participado de alguma patrulha de reconhecimento, 16 entrevistados disseram já ter participado, 4 disseram não ter participado.

Gráfico 5 – Participação em patrulhas de reconhecimento



Fonte: DO AUTOR (2019)

## 4.2 DISCUSSÃO

Após a tabulação dos dados observou-se que todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que possuem conhecimento a respeito da patrulha de reconhecimento, bem como a mesma é muito importante para as missões.

Todos os entrevistados afirmaram que o emprego da patrulha de reconhecimento em operações GLO é muito importante.

Dos 20 entrevistados, 16 já participaram de uma patrulha de reconhecimento.

Diante deste quadro, conclui-se que a patrulha de reconhecimento é importante para as operações GLO.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Exército Brasileiro tem sido muito empregado em Operações de GLO, as quais se dão em um teatro de operações de área urbana como é o caso das ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, onde foram deflagradas operações no Complexo da Maré, Complexo do Alemão, bem como foi empregado o EB nos Jogos Olímpicos e em outros eventos naquela cidade.

Assim sendo, os militares que trabalham neste tipo de operação devem ser muito bem treinados, a fim de se prevenir os efeitos adversos, bem como devem conhecer muito bem o local onde será realizada a operação e dados sobre as Forças Adversas.

Com isso, o EB emprega as patrulhas de reconhecimento, as quais têm por objetivo confirmar ou buscar dados sobre o inimigo. Para a realização desta tarefa, os militares precisam seguir as normas contidas no Manual de Patrulhas do Exército Brasileiro, o qual prevê uma série de procedimentos que devem ser seguidos, a fim de manter a segurança da equipe, bem como realizar a missão com êxito.

As patrulhas de reconhecimento têm como missão: reconhecimento de um ponto; de área; de itinerário; de vigilância e de força.

Foi realizado um estudo de campo com 20 cadetes do 4º ano da AMAN, a fim de verificar a importância da patrulha de reconhecimento, principalmente nas Operações de GLO. Para 100% dos entrevistados a patrulha de reconhecimento, tanto em Operações de GLO quanto em qualquer tipo de operação é fundamental para o sucesso da missão, uma vez que a mesma levará ao conhecimento do Comando informações sobre o terreno em que será realizada a missão, bem como informações sobre os inimigos.

Desta forma, o Comando poderá planejar todo o delineamento da operação, a fim de que a missão seja cumprida com sucesso.

Assim sendo, conclui-se que a patrulha de reconhecimento é importante não só nas Operações de GLO, mas em qualquer tipo de operação que o Exército Brasileiro irá executar, garantindo assim o sucesso da mesma e a preservação de vidas, tanto de seus componentes quanto da população civil.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Manual de Operações de Garantia da Lei e da Ordem**. Brasília: Ministério da Defesa, 2013.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal**. Brasília: Ministério da Justiça, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei complementar 97/99**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 20 maio 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto 3.897/01**. Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 20 maio 2019.

\_\_\_\_\_. **Manual Campanha de Patrulhas**. Brasília: Ministério da defesa, 1986.

\_\_\_\_\_. **Manual de Operações de Pacificação**. Brasília: Exército Brasileiro, 2015.

**ANEXOS**

**ANEXO 1 – ENTREVISTA COM OS CADETES**

- 1) Você sabe o que é uma patrulha de reconhecimento?
- 2) Qual o grau de importância que você atribui a uma patrulha de reconhecimento: Muito importante – Importante – Pouco importante.
- 3) Você tem conhecimento do emprego de patrulha de reconhecimento em Operações de GLO?
- 4) Qual o grau de importância que você atribui a uma patrulha de reconhecimento em Operações de GLO: Muito importante – Importante – Pouco importante.
- 5) Você já participou de alguma patrulha de reconhecimento?

**ANEXO 2 – PATRULHA DE RECONHECIMENTO NO COMPLEXO DA MARÉ**

Fonte: EXÉRCITO BRASILEIRO (2016)